

HABEAS CORPUS Nº 548.870 - SP (2019/0358232-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **JOSÉ CARLOS ROQUE JUNIOR**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **JOSÉ CARLOS ROQUE JUNIOR (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ CARLOS ROQUE JUNIOR, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o paciente/impetrante, em síntese, que está sofrendo constrangimento ilegal, visto que foi condenado, ilegalmente, pela prática do crime de coação no curso do processo contra seis Juízes de Direito da Comarca de Limeira/SP.

Pugna, ao que tudo indica, para que se apurem os supostos abusos cometidos pelas autoridades judiciárias.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o *writ*, impetrado de próprio punho pelo paciente, não está instruído, pois os autos foram formados apenas pela petição inicial, o que ensejaria o indeferimento liminar do *mandamus*.

Não obstante, tratando-se de *habeas corpus* impetrado por pessoa leiga, em virtude dos postulados da ampla defesa e do acesso à Justiça, dou seguimento ao feito.

Cabe ressaltar que o rito do *habeas corpus*, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

Diante disso, o impetrante/paciente deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal

Superior Tribunal de Justiça

imposto ao paciente, o que, no caso, não foi feito.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta Capital, para que adote as providências que entender cabíveis em favor do paciente, ante a ausência de defesa técnica.

Solicitem-se, com urgência, informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator